

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

(Do Sr. Rogério Lisboa)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação atual da oferta de energia elétrica e o possível risco de déficit de energia (apagão) a partir do ano de 2009.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno, que ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Mauricio Tomalsquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); o Sr. Adriano Pires, Presidente do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE) e o Sr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Com o esperado crescimento da economia, espera-se que o consumo de energia elétrica aumente a uma taxa de, no mínimo 5% ao ano. O incremento da oferta de energia tem, tradicionalmente, ocorrido em 30% acima do crescimento do PIB. Portanto, ao propor um crescimento econômico de 5%, teríamos que ampliar a oferta de energia em cerca de 6,5% ao ano.

Entretanto, a previsão de aumento de oferta é de apenas 5,6% a 12% até 2010, caso todas as obras do PAC sejam construídas sem atrasos. Com isso, alguns analistas apontam um risco de déficit de energia (apagão) em 2010 de até 25%, sendo que o nível tolerável é de 5%, e afirmam que o déficit só não ocorrerá em 2008 porque o país cresceu pouco e as precipitações foram invejáveis este ano, bem acima da média histórica.

A preocupação se agrava ainda mais quando constatamos o crescimento do consumo de energia elétrica no país, de 8,1% em abril, medido pela carga disponibilizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O crescimento foi acima do esperado e muito maior do que os 5,4% de março, que já havia sido considerado além das expectativas.

Até mesmo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), comandada por Maurício Tolmasquim, que vinha até o momento negando veementemente a possibilidade de apagão, reconheceu, em apresentação no dia 30 de maio, ao conselho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no Rio de Janeiro, que o Brasil está condenado a crescer no máximo 4% ao ano ou contar com a sorte de receber um volume de chuvas novamente acima da média. Segundo Tolmasquim, para crescer 4% ao ano até 2011 o Brasil precisa gerar mais 2 GW por ano, o que seria possível somente com a ajuda das chuvas.

Este risco premente de um novo apagão já começa a preocupar as empresas brasileiras. Recentemente ouvimos as declarações do presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, afirmando que a falta de recursos energéticos deve impedir novos investimentos da companhia no país a partir de 2012. Tal sentimento é compartilhado por diversos outros empresários e analistas do setor energético brasileiro.

O atraso no licenciamento ambiental de novas usinas hidrelétricas e a falta de gás natural para as termelétricas estão sendo apontados como os culpados desse possível apagão. Entretanto, é preciso olhar o que há por trás deste discurso e ver que nem o Ibama nem a Bolívia são os únicos, e muito menos os principais responsáveis pelos problemas atuais.

Os problemas que estamos enfrentando remetem principalmente à falta de planejamento. O novo modelo para o setor elétrico brasileiro, apresentado somente após 2 anos de governo, não conseguiu atrair investimentos privados e as baixas tarifas reduziram a capacidade de financiamento das estatais do setor. O resultado foi uma forte diminuição da taxa de crescimento da oferta de energia. E o mesmo erro está sendo repetido com o PAC, ao se basear fortemente em recursos das empresas estatais ao invés de adotar medidas pró-negócios privados. Na verdade, com a publicação do PAC, o governo demonstra claramente a intenção de reforçar uma política intervencionista no setor de energia.

No caso das hidrelétricas, observamos uma obsessão por projetos estruturantes, importantes para o desenvolvimento de longo prazo da matriz energética nacional, mas que não resolverão o problema de déficit até 2010. Enquanto isso, alternativas viáveis de curto prazo como a implantação de medidas de efficientização do parque instalado (repotenciação das turbinas e modernização das linhas de transmissão), o incentivo à energia eólica, ao uso de aquecedores solares e do bagaço da cana-de-açúcar, que juntas têm potencial para suprir totalmente a demanda energética até 2010, são simplesmente ignoradas.

Na questão do gás, a situação é crítica para a indústria. O governo já trabalha para finalizar um plano de contingenciamento para desviar parte do gás de outros consumidores para as termelétricas em uma possível situação de escassez do produto, alegando que sem esta opção a geração de energia elétrica pode ser afetada, prejudicando a própria indústria. Porém, as indústrias e outros consumidores que investiram acreditando no crescimento do mercado de gás, a preços competitivos, agora serão triplamente punidos: contratos rasgados, preços crescentes e um possível apagão no setor.

Para possibilitar o crescimento econômico levantado como prioridade no segundo mandato, o governo precisa resolver com urgência a questão do aumento da oferta de energia, sob pena de mais uma vez ser obrigado a crescer pouco em função da falta de infraestrutura e, ainda mais grave, conviver com um apagão energético no final de uma década que tinha todas as características para ser a década de ouro do Brasil.

Diante da certeza de um aumento insuficiente da oferta de energia, o governo parece já ter feito sua opção: para não correr o risco de ficar marcado por um apagão nos seus últimos anos de mandato, vai asfixiar a demanda por energia elétrica com a imposição de uma das tarifas mais caras do mundo.

De fato, as tarifas de energia elétrica praticadas atualmente no Brasil são mais elevadas que as de quase todos os países em desenvolvimento - em 2002, a tarifa de energia no Brasil era quase 20% menor do que a praticada na China e quase a metade da tarifa na Índia. Hoje, a tarifa brasileira já é 20% maior do que a praticada nestes dois países.

Ainda mais preocupante é o fato da tarifa estar subindo exponencialmente desde 2001. A Tarifa Industrial de Energia Elétrica, por exemplo, cresceu 150% entre 2001 e 2006, o que fez com que o país perdesse produtividade significativa em comparação a outros países em desenvolvimento.

Este rápido aumento tarifário é basicamente um reflexo da ininterrupta trajetória de elevação da tributação nos últimos anos. De acordo com estudo da PriceWaterHouseCoopers, a soma dos tributos e encargos setoriais passou de 36% em 2002 para 51,5% em 2006, o que demonstra claramente, a estratégia do governo de reduzir os riscos de apagão, asfixiando a demanda por energia elétrica. A consequência é um crescimento econômico aquém do potencial do setor produtivo do país.

De forma a permitir que os parlamentares da CME formem uma opinião consistente sobre o tema, deverão ser ouvidos na audiência, representantes do governo diretamente envolvidos no planejamento das políticas públicas do setor de energia elétrica, e os representantes da academia e da sociedade civil, cujas características apresentamos de forma resumida a seguir.

- A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por intermédio de seu presidente Sr. Maurício Tomalsquim, tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados , carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras;
- O Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), por intermédio de seu Diretor Presidente, Sr. Adriano Pires, presta serviços de Inteligência e Gestão de Negócios do Mercado de Energia.
- O Instituto Acende Brasil surgiu em 2006 como uma evolução das ações empreendidas pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), entidade atuante desde o ano 2000, e tem como objetivo conscientizar a sociedade brasileira sobre a contribuição e o papel do empreendedor privado no processo de construção e crescimento do setor elétrico.

Assim, diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento e a conseqüente realização da audiência pública proposta, que consideramos urgente e de extrema relevância para o desenvolvimento da economia nacional.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Rogerio Lisboa